

OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ANDRADINA/SP NO COMÉRCIO LOCAL.

Raquel Santos Sant'Ana¹,
Ana Paula Herminelli Romano²,
Antonio Sérgio Escrivão Filho³,
Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira⁴

Os dados apresentados neste artigo fazem parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla, realizada em 2008, por uma equipe de pesquisadores do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) – grupo de estudos, pesquisa e extensão da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP campus de Franca/SP – em parceria com Instituto Práxis de Educação e Cultura (IPRA) – Franca/SP, e apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF).

A pesquisa envolveu nove⁵ dentre os mais de 30 assentamentos existentes na região de Andradina, em sete municípios do oeste do estado de São Paulo. Foram ouvidas 177 pessoas por meio de entrevistas individuais ou grupos focais⁶ não só dos assentamentos, mas também técnicos do INCRA, representantes do comércio, dos meios de comunicação, e do poder público municipal.

A pesquisa envolveu diretamente a comunidade assentada que participou de grupos focais, previamente agendados. Os sujeitos falaram sobre as condições de vida nos assentamentos; trataram de questões como saúde, educação, infra-estrutura, habitação, lazer, produção, créditos agrícolas, a relação com a cidade e o impacto das atividades dos assentamentos na realidade urbana local. Os grupos focais tiveram

¹ Prof.^a Livre Docente Raquel Santos Sant'ana – UNESP/Franca. Coordenadora do NATRA.

² Mestre em Serviço Social – UNESP/Franca.

³ Mestre em Direito – UNESP/Franca.

⁴ Doutorando em História – UNESP/Franca.

⁵ Fizeram parte da pesquisa os assentamentos “São Sebastião” (também conhecido por Belo Monte) e “Timboré” no município de Andradina, “Celso Furtado” e “Terra Livre” em Castilho, “Estrela da Ilha” em Ilha Solteira, “Primavera II” em Mirandópolis, “Orlando Molina” em Murutinga do Sul, “Regência” em Paulicéia e o assentamento “Esmeralda” em Pereira Barreto.

⁶ “Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio de interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. (Veiga &Gondim, 2001)” GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** In: sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc. acesso em 16/02/2008.

variação entre 4 a 10 participantes em cada assentamento selecionado para compor a amostra da pesquisa em questão. Ao todo, participaram 95 assentados.

Os técnicos do INCRA, no total de 4, também foram ouvidos em grupos focais. Essa técnica foi empregada também com representantes de 2 sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) e Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais (SER) e 2 cooperativas: Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR) e (COPRIMA).

Os outros participantes da pesquisa foram ouvidos individualmente: 40 representantes de estabelecimentos comerciais (supermercados, agropecuárias, materiais de construção, lojas de eletrodomésticos e roupas, associações comerciais e Banco do Brasil) 17 representantes dos meios de comunicação (rádio e jornais) e 20 representantes dos políticos locais (executivo e legislativo).

Neste artigo serão debatidos os dados específicos a um dos itens que compuseram a pesquisa: os impactos e interação da reforma agrária no comércio da região onde localizam-se os assentamentos que constituíram a amostra supra citada.

Os Impactos sobre o comércio dos municípios.

Quando se trata da realização de uma pesquisa acerca do envolvimento de assentamentos rurais da reforma agrária na dinâmica econômica dos municípios e região onde estão inseridos, logo se associa tal envolvimento nos termos do impacto da produção dos assentados no comércio local. Esta é a ênfase das pesquisas sobre as estratégias produtivas e de comercialização dos assentamentos, conforme aponta Sant'Ana (2007) e Leite et al (2004).

A presente pesquisa, no entanto, de forma complementar, revelou uma grande inserção da população assentada principalmente como consumidores e, portanto, investidores no comércio local, através de renda adquirida tanto em função da produção gerada nos assentamentos, quanto das verbas emitidas via créditos públicos voltados à política de reforma agrária.

Na verdade, esta inserção já vem sendo alvo de vários estudos que confirmam a importância e o expressivo impacto sócio-econômico da implementação de assentamentos rurais nos municípios correspondentes, constituindo, os assentamentos,

verdadeiros elementos dinamizadores destas economias municipais. Leite et al (2004) ressalta:

os assentados vão frequentemente às cidades, sendo as principais motivações destas idas as compras da casa (declaradas por 80% dos entrevistados) e a venda de produtos (40% dos entrevistados). (...) Em todos os casos, a relação com a cidade é sempre intensa e importante, tendo conseqüências sobre os centros urbanos mais próximos do assentamento (em geral as sedes dos municípios). Tais conseqüências tendem a ser maiores nos pequenos municípios e naqueles com maior concentração de famílias assentadas (LEITE et al., 2004, p. 132-133).

Este fato representa um importante elemento de interação dos assentados na economia local e regional, evidenciando-se também na análise retirada das entrevistas realizadas junto ao comércio dos municípios em questão. De outro lado, a constatação de uma intensa relação de consumo entre os assentados da reforma agrária e o comércio dos municípios onde estão inseridos vem comprovar o conceito de que a agricultura familiar cumpre uma importante função de influência mútua e aquecimento da economia local, quer enquanto produtores, quer enquanto consumidores.

Desse modo, a agricultura familiar realiza o contra-ponto em relação à produção em escala de *commodities*, voltada para o mercado externo, cujo representante é o latifúndio. Na produção em grande escala, a monocultura e a baixa geração de empregos contribuem para a estagnação da economia local. A geração de empregos e renda da agricultura familiar é evidenciada na fala de um assentado:

Assentado: Pra você ter uma idéia, nós daqui nesse Assentamento São Sebastião é setenta e quatro família, setenta e quatro família, hoje eles produz numa média um pelo outro, para você ter uma idéia no geral, oitocentos reais por famílias, calcula quanto dá isso. O fazendeiro tinha trezentos mil boi gordo, ele tinha dois funcionários, dois funcionário dele ganhava dois mil real, ele gastava dois mil real aqui em Andradina. E nós hoje gasta cinquenta, seis mil real aqui em Andradina. Ter uma idéia para você ver, como um assentamento muda a trajetória. Se não fosse esses assentamentos criados aqui na região, eu acho que essa cidade não existia mais. (Assentamento São Sebastião (Belo Monte) – Andradina).

Seguindo o cronograma, junto aos assentados foram extraídas, num primeiro momento, as informações relativas ao destino final de sua renda, ou seja, os bens duráveis (desde instrumentos de trabalho até eletrodomésticos) e de consumo (desde

matéria-prima ao próprio alimento); sendo assim, pesquisou-se os locais onde eram alocados seus rendimentos advindos tanto do fomento e dos créditos referentes à condição de assentado da reforma agrária, quanto aquele constituído pelo seu trabalho. Desse modo, nas entrevistas coletivas realizadas com os assentados foram elencados os bens objeto de seu consumo, e os respectivos estabelecimentos comerciais onde eram adquiridos.

Tais informações levaram à determinação de quatro categorias de estabelecimentos comerciais em que o impacto da implementação dos assentamentos rurais, fruto da política nacional de reforma agrária, pudesse ser evidenciado de maneira mais emblemática. A partir desse levantamento preliminar, a pesquisa abarcou o total de 35 estabelecimentos, classificados da seguinte forma: 1) Agropecuárias; 2) Lojas de Materiais de Construção e Madeiras; 3) Lojas de Eletrodomésticos e roupas; 4) Supermercados.

Ressalta-se que o intuito aqui foi verificar justamente o impacto do consumo dos assentados na economia local – englobando de maneira complementar o fornecimento de alimentos para os supermercados enquanto dimensão da inserção produtiva dos referidos sujeitos da pesquisa, como forma de escoamento da sua produção.

Ao final, a constatação e avaliação deste impacto evidenciam a importância, pertinência e verdadeira necessidade em se realizar a reforma agrária no Estado de São Paulo, na medida em que a pesquisa comprovou que os assentamentos dinamizam e aquecem economias estagnadas em municípios engessados pela falta de diversificação produtiva, sobretudo pela monocultura implementada pela política econômica em distantes regiões do Estado, carentes de investimentos e infra-estrutura na agricultura familiar, potencial geradora da produção de alimentos diversificados.

De forma complementar, pode-se afirmar, ainda, que o próprio investimento estatal na implementação dos assentamentos já constitui, por si, elemento de dinamização destas economias estagnadas, como observa Leite:

De fato, constatamos que os programas governamentais já investiram quantias relativamente grandes de recursos nos assentamentos, recursos esses que, em sua maior parte, foram incorporados à economia local, beneficiando-a enormemente. A presença dos assentamentos e os recursos públicos a eles destinados têm beneficiado, ainda, comerciantes, empreiteiros e mesmo fazendeiros locais, que foram mudando suas posições (LEITE et. al., 2004, p. 139).

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 186, compete à União desapropriar fazendas que estejam descumprindo a sua função social, mediante justa e prévia indenização, de modo que recaia, portanto, sobre a União – em especial sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – o ônus financeiro da implementação dos assentamentos, realizada em três fases distintas: 1) indenização pela desapropriação; 2) implementação de infra-estrutura, inclusive com liberação de crédito habitação; e 3) liberação de créditos para a atividade produtiva.

De fato, desde o momento da desapropriação das fazendas que descumprem sua função social – nos termos dos artigos 184 a 186 da Constituição Federal – o poder público federal já inicia a destinação de verbas para a localidade em questão, na forma da indenização ao fazendeiro desapropriado. E talvez aí já seja o caso de se questionar: este fazendeiro investe os milhares de reais que recebe em dinheiro (referente às benfeitorias úteis e necessárias) e os milhões que receberá em títulos da dívida agrária (referentes ao valor da terra) na economia local? Ou transfere e transforma esta renda milionária em investimentos nos grandes centros urbanos, ou outras regiões agrícolas do país?

Superado o momento da desapropriação, e a respectiva indenização, inicia-se a fase de implementação do assentamento, fase esta que desencadeia outro ciclo de investimentos públicos, investimentos que, aliados à renda extraída do trabalho no lote, serão totalmente destinados à economia local e regional, como apontado pelos assentados nos grupos focais realizados nos assentamentos, e comprovado pelas entrevistas realizadas junto ao comércio local.

É de se reforçar que, já no início da implementação do assentamento, é destinado para a localidade um montante de verba pública para investimentos em infra-estrutura, o que acaba por atingir a população regional (urbana e rural), considerando que a maioria das famílias assentadas é proveniente da própria região dos assentamentos. Como já observara o pesquisador Sérgio Leite, “a população assentada nas áreas pesquisadas é originária basicamente do próprio município ou municípios vizinhos” (et. al., 2004, p.124). É justamente por isso que, de uma forma geral, apesar de consistir em uma política pública eminentemente federal, a reforma agrária converte-se em benefícios diretos para os municípios onde é realizada, fato confirmado pela pesquisa.

Desse modo, nesta fase de implementação destina-se determinada verba para a construção e reforma de estradas de acesso (ainda que tais obras não sejam efetivamente

realizadas pelos governos municipais), construção de moradias e saneamento básico, instalação de energia elétrica e, em alguns casos, construção de escolas e postos de saúde com verbas federais.⁷

Ressalta-se a relação potencial, direta e indireta, que a implementação dos assentamentos tem com a respectiva economia municipal. Em primeiro lugar, a construção e reforma das estradas, associado ao fornecimento de transporte público, segundo dados coletados na pesquisa, principalmente o fornecimento deste último, ainda que insuficiente e precário, potencializam e, portanto, aumentam o acesso da população rural (assentados ou não) aos centros comerciais, acesso este que, indireta, porém inevitavelmente, converte-se em interação econômica:

Entrevistadora: Vocês falaram que vocês têm dificuldades pra ter acesso ao centro consumidor, n/é? Qual que é a cidade, ou as cidades que vocês têm maior relação comercial? Que vocês mais freqüentam?

Assentado: Eu diria que, eu diria que são iguais, pode ser mais pra Pereira [o assentado refere-se à cidade de Pereira Barreto] porque tem mais acesso, porque tem o ônibus duas vezes por semana que vem no assentamento todo; já em Mirandópolis tem um monte de gente que vai pra lá, mais o ônibus vem de 15 em 15 dias, tá entendendo? Se fosse a mesma quantidade, talvez tivesse até mais pra Mirandópolis, se tivesse um ônibus pra cá duas vezes por semana, n/é? Agora Pereira tem mais acesso porque tem essa condução duas vezes no assentamento todo, duas vezes por semana, na verdade é de 8 em 8 dias por causa da divisa dos setores [referencia à organização das prefeituras de Pereira Barreto e Mirandópolis, pois o assentamento encontra-se dividido entre essas duas cidades] né? (...) (Assentamento Esmeralda – Pereira Barreto)

A construção de moradias, para além de injetar diretamente dinheiro em estabelecimentos comerciais de materiais de construção e madeiras locais, representa, ainda, maior potencial de consumo das famílias que deixam de pagar aluguel, fato reiteradamente declarado em várias falas de assentados, conforme exemplificado abaixo:

Assentado: (...) eu sou independente, eu sou livre, eu tenho lugar pra ficar, tenho uma moradia, tenho as condições. (...) Então tenho mais tranquilidade, diferente de antes que a gente,

⁷ Estas verbas são para programas especiais voltados para municípios que acusem a implementação de assentamentos rurais.

assim, dependia do emprego, dependia de caçar um dia de serviço. Hoje não, a gente tem tudo, tem emprego, a gente tem casa pra morar, (...) A gente tem um pouco de conforto... não tem todo aquele conforto, mas a gente tá buscando melhorar essas questões aí e a gente tem certeza que a gente vai conseguir. Então hoje a gente tem tudo de bom. Acho que melhorou muito as nossas condições. Então a gente pode se considerar, assim, mais realizado, a gente pode se considerar feliz. (Assentamento Regência - Paulicéia)

Já a instalação de redes de energia elétrica possibilita e incentiva o consumo de eletrodomésticos, bem como amplia a segurança na zona rural, em especial em tempos de expansão das periferias urbanas de forma desordenada e sem planejamento urbanístico.

A construção de escolas e postos de saúde contribui para qualidade de vida no município, elevando os indicadores sociais, qualificando os trabalhadores, e, enfim, desconcentrando a demanda por estes direitos sociais evidenciadamente carentes de efetivação no Brasil. Em alguns assentamentos existem agentes de saúde que foram capacitados na própria comunidade assentada e hoje se encontram empregados nesse setor. Vale a ressalva, no entanto, da grande distância que ainda existe para se concretizar satisfatoriamente estes direitos.

Por último, deve-se salientar, ainda, um terceiro momento de investimentos públicos diretamente revertidos em renda para os municípios, aqui representados pelo crédito para produção. Quando perguntado sobre a importância que os assentamentos da região pesquisada possuem em relação à economia regional, o gerente de módulo (pessoa física – pequenos agricultores) da agência do município de Andradina do Banco do Brasil⁸ – banco responsável pela liberação de créditos para a reforma agrária realizada pela União – afirma:

Os assentamentos são primordiais dentro de uma região como Andradina. **O volume de crédito movimentado por essas famílias é monstruoso, e gira na casa do milhão por semestre.** Então, sem os assentamentos o comércio daria uma reduzida muito grande. (grifo nosso)

O entrevistado reconhece que o montante de créditos destinados aos assentamentos da reforma agrária na região causa um grande impacto na economia local. Como será demonstrado abaixo, todo o crédito destinado à produção agropecuária

⁸ A agência abrange as cidades de Castilho, Murutinga do Sul, Guaraçá e Nova Independência.

nos lotes de assentamentos são monitorados pelo INCRA, e tem como destino primeiro os estabelecimentos agropecuários e de materiais de construção dos municípios locais, revertendo-se, mais uma vez, em proeminentes investimentos para os municípios pesquisados.

Segundo relata o gerente entrevistado, cerca de 90% dos clientes de sua “carteira” é assentado, o que ratifica a importância da reforma agrária no que tange à manutenção da agricultura familiar enquanto representante da cultura camponesa e da produção diversificada de alimentos para a localidade.

Em termos concretos, a agência em questão atende em torno de 4 a 5 mil clientes assentados que, inseridos no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), recebem um montante aproximado de R\$ 20 a 30 mil por ano, o que pode variar e atingir a soma total de **R\$ 80 a 150 milhões** em créditos/ano investidos diretamente na economia dos referidos municípios abrangidos pela agência do Banco do Brasil pesquisada – como apresentado abaixo – investimento este estritamente ocasionado pela existência de assentamentos rurais advindos da política de reforma agrária.

As informações e percepções dos agentes do comércio acerca da implementação dos assentamentos da reforma agrária nos municípios pesquisados, conforme serão aqui apresentadas, evidenciam que estes reconhecem a importância e influência dos rendimentos dos assentados. O reconhecimento é feito a partir de dados concretos: a porcentagem das vendas dos respectivos estabelecimentos destinada aos assentados. Este dado ratifica o observado, em âmbito maior, na pesquisa realizada nacionalmente sobre o impacto dos assentamentos rurais:

Um outro entrevistado afirmou que atualmente alguns comerciantes reconhecem que quanto mais recursos entrarem para a reforma agrária, mais dinheiro vai circular na cidade. Por isso, ajudam com contribuições para os acampamentos, manifestações e congressos dos trabalhadores rurais (LEITE et. al., 2004, p. 137).

Os comerciantes, de forma quase unânime, reconheceram ou atribuíram o aumento das vendas à criação dos assentamentos e à política de crédito aos assentados. Os impactos positivos são diversos, como a alta adimplência, o preço baixo na compra de produtos advindos dos assentamentos para abastecimento de feiras e supermercados, e a qualidade da produção oferecida.

Exceção a esse reconhecimento foi encontrada junto às Associações Comerciais entrevistadas, onde, embora apontassem um impacto econômico positivo, afirma-se que os custos sociais e demandas por serviços públicos municipais sobrepujaram os ganhos obtidos.

Um exemplo emblemático foi coletado em entrevista na cidade de Ilha Solteira, quando a presidente da Associação fez uma série de críticas e ressalvas, mas apontou para um ganho futuro ao comércio local com a instalação dos assentamentos naquele município:

Entrevistada: Não vamos dizer que não melhorou, é lógico que melhora, a gente não pode ser hipócrita nesse ponto, é claro que melhora, mas a contrapartida que o município tem que dar para poder dar uma condição digna, uma estrutura para essas famílias é muito maior, isso sem dúvida. (...) O impacto, comercialmente, eu não te digo que seja muito não, eu acho que o poder aquisitivo ainda é muito baixo, eu acredito que isso aí vai melhorar a partir do momento que essas famílias se estruturarem dentro do município. Por exemplo, muitas pessoas já estão fornecendo os seus produtos. Parece que a merenda escolar está vindo da produção dos assentamentos (...). A partir do momento que você começa a girar [se refere ao fluxo de capitais] aí o poder de compra melhora e isso vai realmente fomentar o comércio sim, mas isso, hoje não é uma coisa que impacta, pelo contrário, há uma insegurança, aí, de vendas, porque são famílias que não tem registros, não tem um fixo, não tem um orçamento, que possa se provar, mensalmente. Então isso leva você a não disponibilizar de crediários internos de loja, que ainda é uma característica ainda do comércio do interior (...), então eu acho que ainda não esta benéfica, não é uma relação que nos beneficiou, mas eu acredito que isso, quando eles se estruturarem no município vai sim recolher, gerar novos frutos para nós (...) (**Associação Comercial de Ilha Solteira**)

Outro segmento que percebe a equação entre os benefícios e encargos gerados na implementação de assentamentos, é o dos políticos, como pode ser observado no documento enviado à equipe de pesquisa pela assessoria do prefeito de Castilho:

Os assentamentos de um lado contribuem com a economia do município, fortalecendo o comércio local, utilizando serviços e adquirindo produtos. De outro lado a concentração de grande número de assentamentos onera os cofres públicos no que diz respeito principalmente aos serviços de Saúde e Educação para todos os assentamentos indistintamente.

Ainda com relação aos comerciantes, foi possível verificar a afirmação do impacto na geração de empregos nas cidades, pois muitos estabelecimentos comerciais contrataram funcionários para suprir o aumento da demanda.

Entrevistado: Sim, sim, claro, claro, porque como são divididos vários lotes todo mundo tem que construir uma casa, teve ganho sim para o comércio em geral. (...) É representa crescimento né, mais empregos, mais impostos para os municípios, para o município. Apesar de que o Dois Irmãos aqui não está comprando com nós, está comprando em Castilho. (...) (...) É eu acho que assim geração de empregos, o próprio assentamento ele gerou vários empregos né, e ganhos para o comércio, é... A gente tem que estar com uma equipe maior para poder estar entregando é... Como é longe né... Sempre é longe, são materiais pesados, nós precisamos de pessoa para estar entregando, então gerou emprego aqui, então com certeza também gerou para o supermercado, entendeu? Se um comércio não estava tão bem ele pode se manter porque tem mais gente comprando, mais giro, e com certeza teve mais lucro também. (comerciante do setor de Materiais de Construção – Murutinga do Sul)

Apesar desse incremento na economia local, percebemos que, segundo o comerciante entrevistado, o preconceito social ainda permanece junto à população. Alguns comerciantes contribuem com o combate ao preconceito na medida em que fazem a defesa dos assentados, como o caso do comerciante de Murutinga do Sul:

Entrevistado: E, é, existe tudo né, existe pessoas que são contra, que falam que são pessoa desocupadas, eu não acredito nisso aí. Eu vejo que em todos os lugares, em todas as coisas tem de tudo, tem pessoas boas e pessoas ruins, mas na maioria deles são pessoa bem intencionadas que estão realmente pegando a terra para trabalhar, é aquilo que eu falei, em todos os lugares tem pessoa que também vem contra a cabeça né. (comerciante do setor de Materiais de Construção – Murutinga do Sul)

De outro lado, a questão da adimplência é destacada em algumas entrevistas, inclusive com certa surpresa, o que demonstra preconceitos sendo superados pela prática cotidiana e pelas novas relações estabelecidas. Ainda que com algumas ressalvas, muitos destes comerciantes passam a ser defensores da Reforma Agrária.

Entrevistado: Por enquanto não [tem inadimplência], tanto que está até me surpreendendo. (...) Para mim melhorou bastante. Foi a salvação da gente aqui, (...) só que com essa vinda dos assentamentos, não só para mim, mas sim para as outras empresas, farmácia, mercado, tudo isso daí você vê que o movimento aumentou bastante, aumentou bastante. (...) Que movimentou a mais? Pode colocar uns 30% aí. (...) Para mim, particular, e também para a loja, é, eu acho que é uma coisa que saiu que é para melhorar em todas as regiões. (**Agropecuária – Murutinga do Sul**)

Na seqüência serão apresentados os dados específicos de cada setor: lojas agropecuárias, lojas de materiais de construção e madeiras, lojas de eletrodomésticos e supermercados.

Os impactos sobre os estabelecimentos comerciais

1- As movimentações nas lojas Agropecuárias.

A inserção das agropecuárias está relacionada à atividade produtiva dos assentados. Geralmente a relação é mediada pelo INCRA e, financiada pelos créditos (verbas públicas). Assim, neste tipo de estabelecimento são adquiridos desde instrumentos de trabalho até insumos e matéria-prima.

A relação dos assentados com as agropecuárias é verificada logo no início do processo de implantação do assentamento. Nesta fase, estes estabelecimentos participam de pregões realizados pelo INCRA, que, por meio deste processo licitatório, típico e obrigatório para a aquisição de bens e serviços por entes públicos, destina os créditos liberados para todos os assentados, mediante projetos elaborados por seus técnicos, com variado grau de participação dos assentados. Ressalta-se que a participação do assentado na elaboração desses projetos tem-se configurado como inovador na região, pois em gestões anteriores (do INCRA) os assentados não participavam desse processo. É o que mostra o relato dos técnicos do INCRA, entrevistados.

Técnico (...) a gente começou ano passado um trabalho antes dessa questão do PRONAF, em três assentamentos aqui da região: Dois Irmãos, Celso Furtado e Pousada Alegre de, com, fazer com que o assentado construa o projeto dele, liberação do crédito dele, n/é (Técnico - INCRA)

Técnico (...) a gente tinha muito nos assentamentos mais antigos, que o técnico, a assentado vinha falava o que queria, o técnico colocava no papel, colocava em sistema de produção e mandaria pro Banco, sendo aprovado, o assentado ia lá e contratava, mas o assentado não tinha muito aquela visão de como funciona, porque que tem aquele, tem que fazer todo aquele cálculo da evolução do rebanho (...) (Técnico - INCRA)

Estes pregões representam uma aquisição no estabelecimento que varia de R\$30 mil a R\$50 mil por pregão, variando de acordo com o número de assentados e o caráter (estágio) do crédito liberado.

Técnico – (...) mas a partir do momento que a família é assentada, que vem os recurso do INCRA, o crédito instalação, chega lá na conta do assentamento Um milhão de real, que vai gastar no comércio local, n/é, a partir desse momento aí que começa, os assentados começam freqüentar, começa a gastar esse recurso, então quer dizer, aquele comércio e a sociedade de forma geral muda, eles muda a visão com relação aqueles assentamentos da região, tanto é que, se pegar aqui ó, em Andradina, tem supermercados aqui que manda ônibus uma vez por mês pra buscar as famílias para vim fazer compra aqui no supermercado. (Técnico - INCRA)

Entrevistada: eu acho que ouve maior movimentação de dinheiro, principalmente dos fomentos que vem do INCRA. (Agropecuária – Andradina).

Nas agropecuárias são adquiridos desde instrumentos de trabalho, insumos e matéria-prima.

Entrevistado: Então, pelo INCRA né, porque nós ganhamos a cotação n/é, então o INCRA faz a cotação, o assentamento faz tudo certinho, daí o que ganhou aquela cotação vai entregar aquela mercadoria n/é, aí a gente recebe pelo INCRA essa parte, esse dinheiro (Agropecuária – Murutinga do Sul).

Mas, para além da lógica e burocracia da liberação dos créditos, os assentados continuam consumindo os produtos agropecuários em menores proporções para a atividade produtiva, e de acordo com o rendimento do seu trabalho. Uma observação a ser feita, é o giro de capital que a pecuária leiteira proporciona às agropecuárias devido à demanda corriqueira por medicamentos para o gado:

Entrevistado: A parte de linha veterinária. A parte de linha veterinária eles vêm comprar bastante porque eles estão com dinheiro de gado leiteiro agora, estão aprimorando o gado leiteiro, então não tem jeito, o medicamento tem que ser usado né. A parte de ração. A parte de ração e mais essa manutenção que tem que dar no gado né, que não deixa de ser uma manutenção que tem que estar todo dia junto e dando o medicamento se precisou. (...) Bastante, também por causa do gado leiteiro que eles estão aprimorando, que é aqui está bom o preço do leite, eles estão cada dia mais melhorando essa parte leiteira aí, então tem um certo gasto né, a mais, aí se for só para agricultura, aí o gasto já é menor, mas como é gado leiteiro já gasta mais, então estão gastando bem (Agropecuária – Murutinga do Sul).

Em uma avaliação geral do impacto dos assentamentos nas agropecuárias locais, os assentados representam um percentual de 15% a 80% da clientela das agropecuárias, variando de acordo com o tamanho do município e o número de assentamentos nele implementados.

Na totalidade absoluta das agropecuárias pesquisadas afirmou-se que os assentamentos alavancaram as vendas da loja, aliado à constatação também total do baixo nível de inadimplência, em grande medida atribuído ao fato das compras serem realizadas via convênios.

Entrevistada: Aumentou o volume depois que começou os assentamentos. Porque apesar deles comprarem picadinho, eles movimentam a loja. (...) Tem muitos assentados que compram particular, eles compram mensalmente e pagam em carteira. E a maioria compra na forma de convênio, o gasto mensal é abatido no leite que eles retiram da propriedade. (...) Em relação ao convênio, a inadimplência é zero, porque o convênio me paga pontualmente. Os que compram particular, tem cheque que volta, tem gente que não paga. É normal. A mesma inadimplência que a gente tem no geral, tem no dos assentados. Eu não posso dizer que eles pagam menos do que os outros (representante de loja Agropecuária – Andradina).

Outro elemento identificado junto às agropecuárias foi a relação direta que estabelecem com as organizações dos assentados, em especial as cooperativas de leite, como a COAPAR e COPRIMA, o que muito facilita o acesso do assentado ao produto, além de minorar o preço unitário, através da compra massiva. Em muitos estabelecimentos – agora de toda ordem, não apenas no âmbito das agropecuárias – foi

identificada a aceitação do chamado “cheque do leite” no pagamento do produto comprado.

No tangente ao transporte de mercadorias, em todas as agropecuárias entrevistadas informou-se que o estabelecimento oferece o serviço de entrega de produtos, ressaltando a própria prestação de assistência veterinária no assentamento, oferecida por algumas agropecuárias.

Entrevistado: Sim, além dessa parte de venda a gente ainda dá assistência. Não é só eu, como tem os companheiros aqui. A gente está sempre junto. Precisou? O que a gente puder fazer, a gente faz. A gente está junto (representante de loja Agropecuária – Murutinga do Sul).

2- As movimentações nas Lojas de Materiais de Construção e Madeireiras

Assim como ocorre com as agropecuárias, a relação dos assentados com as lojas de materiais de construção e madeireiras já se inicia logo no início do processo de implantação do assentamento.

Nesta fase, estes estabelecimentos também participam de pregões realizados pelo INCRA que destina uma forma especial de crédito voltada para a construção da moradia nos assentamentos, abarcando, de uma só vez, todos os assentados de determinado assentamento em implementação.

Entrevistado: o atendimento para eles, eu dou a opção: ou eles querem vir à loja ou eu ir até eles. Só que eu ir até eles, eles acham meio fora de mão, porque eles não podem ver o produto que eles estão levando. Eles preferem vir e escolher, definir o produto, marca, valor. E dentro da compra é feito uma cotação. No início é feita uma cotação, às vezes só cotação a bloco fechado, às vezes é pregão.(...)
(...) é via INCRA. Os técnicos do INCRA que fazem (representante de loja de Materiais de Construção – Murutinga do Sul).

Segundo o depoimento de alguns entrevistados, apesar de proporcionar um grande giro da mercadoria, o pregão diminui a margem de lucro sobre os produtos, sendo, no entanto, ao final, ainda vantajoso para o estabelecimento.

Entrevistado: Todo material que é licitado, que é colocado em cotação ou pregão, você sabe que o preço dele, a margem de lucro se torna baixa. Por quê? Se você não tiver preço, se você não tiver qualidade, você não consegue vender, certo? Então, o movimento em si de materiais é um movimento bom, mais em matéria de arrecadação, se torna pouco, porque a margem do lucro, tem que abaixar ela pra poder vender (representante de loja de Materiais de Construção – Murutinga do Sul).

De maneira semelhante ao que ocorre nas agropecuárias, os assentados continuam consumindo em menores proporções, à medida do processo de acabamento e ampliação da moradia, bem como construção de cercas, curral, etc;

Entrevistado: hoje eu tenho 50% ou mais. Pode pôr 60% que é de assentados. Eles favorecem muito a gente até mesmo quando acaba o plano do INCRA, quando acaba as verbas, eles vêm normal e fazem clientela (representante de Madeireira – Castilho).

Entrevistado: Em 90 e 2000 parece que foi feito o assentamento lá né. E esse pessoal que tá no assentamento até hoje eles são cliente da gente ainda. Nós fornecemos materiais para eles quando eles começaram, a gente entrou na concorrência, ganhamo, governo mandou dinheiro pra habitação, nós entramos na concorrência, a gente ganhou a licitação, vamos dizer assim né, e a gente vendeu materiais pra ele e continua vendendo até hoje. Agora, tem o Santa Cristina que é o outro assentamento e tem o Dois Irmãos que é o outro assentamento. Nós também fornecemos pros outros dois assentamentos, certo? **Mesmo fora do recurso que o governo manda, o dinheiro que o governo manda pra eles, o recurso, por fora eles sempre compram algo a mais, pra suprir a necessidade deles.** Porque nem tudo o governo dá também né, então eles tem que colocar do bolso algumas coisas que tá fora da programação, ta (representante de loja de Materiais de Construção – Murutinga do Sul).

Nestes estabelecimentos, o impacto dos assentamentos sobre o comércio pode ser verificado na medida em que os assentados representam um percentual que varia de 8% a 60% da clientela – tomando-se a menor e a maior participação verificada pelas entrevistas. Nas entrevistas todos os sujeitos confirmaram o aumento das vendas, proveniente da implementação dos assentamentos. Nota-se, ainda, uma mudança recente na política de implementação de assentamentos.

Entrevistado: Ah, o assentamento eu acredito que ele deva significar hoje uns 25% das vendas nossas (representante de loja de Materiais de construção – Murutinga do SuL).

Entrevistado: 90% a mais. O faturamento nosso há 3, 4 anos há traz nem se compara com quem vê hoje. (...) com o assentamento, cada vez que fala que estourou uma fazenda, vai sair, aqui na região a gente fica contente porque a gente sabe que vai melhora mais a venda. Não dá nem para explicar, você sente não é igual. Antes tinha o Rio Paraná, Anhumas, os 4 assentamentos aqui na região, **só que assentamentos velhos, de 18, 19, 20 anos. Hoje que eles estão liberando algumas coisinhas pra eles, mas são pouco. E esses que estão estourando agora querem comprar tudo na cidade, eles não querem diversificar, eles gostam de comprar no local onde eles moram. Parte da coordenação dos assentados faz legal.** (representante de Madeireira – Castilho)

3- As movimentações nas lojas de Lojas de Eletrodomésticos

No tangente às lojas de eletrodomésticos foi constatada uma especificidade, relativa à abrangência regional deste tipo de estabelecimento, de modo que apenas quatro lojas foram entrevistadas.

Entrevistado: Com certeza, nós vendemos muito, principalmente pra redondeza, que a nossa loja ela abrange tanto a região, como esses sítios, por exemplo, Timboré, Fazenda primavera, Fazenda Guanabara, vendemos também pra região de Mirandópolis, nas usinas. Isso aí é o nosso forte mesmo, tá, tanto é que a gente sai com propagandas nesses lugares e, pra justamente isso, entendeu, justamente isso. O nosso foco é muito grande mesmo na região (representante de loja de Eletrodoméstico – Andradina).

Aqui, constata-se que as compras já estão relacionadas ao consumo individual e direto dos assentados, sem a mediação do INCRA, e sem relação direta com verbas públicas, aparecendo à medida que vai ocorrendo a consolidação da atividade produtiva.

Entrevistado: (...) geralmente, o que que a gente faz, a gente leva mostruário, no caso, nossos catálogos, né, e vendemos pra eles, depois eles vêm na loja pra concretizar a venda, porque é feito no nome deles, certinho, é mostrado lá, principalmente, né? (...) Justamente, a vendedora vai lá, orienta eles, o nosso carro de propaganda vai junto, aí mostramos toda mercadoria que tem na loja, aí eles fazem uma pesquisa entre eles lá, aí geralmente um ou dois vêm pra cá, ma compra assim, tipo assim uma compra comunitária e a gente faz a venda, passa na financeira e

entregamos pra eles (representante de loja de Eletrodoméstico – Andradina).

Em termos de impacto nas vendas, os assentados representam um percentual que varia de 08% a 30% (menor e maior percentual constatados) da clientela, seguido novamente pela constatação de aumento das vendas na totalidade dos estabelecimentos entrevistados, observada alguma inadimplência, geralmente apresentada como baixa.

Entrevistado: É, hoje o assentado pra gente, pra nós, ele gira em torno de 8% de mais ou menos de participação de vendas nossa, e a freqüência deles, a gente temos, toda semana a gente temos freqüência desses assentados na loja, praticamente quase todo dia, né, a gente fala toda semana porque a gente junta o volume de carga pra fazer a entrega pra região, né, os assentamentos e região, a gente faz todas as entregas linha rural, na zona rural também. (...) Os assentamentos pra nós, hoje, na região nossa, se nós não tivesse esse pessoal, era complicado pra gente, é um pessoal que eles consomem muito com nós e traz uma receita, né. Porque traz uma receita muito boa, quando você fala que você vende bem pra região e você , a inadimplência deles é baixa, você transforma em receita. Então, a gente, houve uma perda muito grande na região devido à cana, né? A cana entrou, entrou forte. Então com esse pessoal está suprindo aquele pessoal que saiu da região nossa, saiu, está chegando outro, né? (representante de loja de Eletrodomésticos – Andradina)

4) As movimentações nos Supermercados

A relação com os supermercados realiza-se de diversas formas. Já no início do assentamento, a primeira verba pública liberada, chamada de fomento, se diferencia dos créditos porque consiste em uma reduzida quantia por família liberada a fundo perdido; destina-se à compra de alimentos e bens essenciais à nova vida no assentamento. Assim, quando da liberação desta verba pública, realiza-se a cotação de preços nos supermercados locais, e, de modo semelhante ao pregão, é efetuada, pelo INCRA, a compra do que foi sugerido pelas famílias num único estabelecimento.

Mas a relação mais usual é a compra direta dos assentados, individualmente. Em muitos casos, os assentados deslocam-se coletivamente do assentamento para a cidade utilizando transporte público (ônibus de transporte escolar ou fornecido pelas prefeituras) e, no caso específico de dois supermercados de Andradina, os assentados são transportados em um ônibus fretado pelo próprio estabelecimento.

De fato, com o passar do tempo e a consolidação dos assentamentos, os supermercados disputam esta clientela especial, disponibilizando ônibus para buscar os assentados ou para fazer a entrega das mercadorias, mesmo em municípios diferentes do local onde encontra-se a loja.

Entrevistado: Geralmente a gente manda buscar eles de ônibus. Tem um ônibus que a gente freta, vai lá e busca eles e leva a tarde, a parte de entrega o caminhão nosso faz a entrega pra eles (representante do Supermercado – Andradina).

Outra relação que foi verificada em todos os municípios, exceto em Andradina, foi o fornecimento de alimentos por parte dos assentados ao estabelecimento. O município de Andradina configurou exceção a este ponto, uma vez que nenhum estabelecimento afirmou que comprava produtos dos assentamentos. Já nas outras cidades, a presença do fornecimento é quase absoluta. No entanto, em todos os casos, sem exceção, foi relatado que o volume deste fornecimento é pequeno, sempre identificado com as palavras “pouco” e “às vezes”. Os motivos apresentados pelos entrevistados que justificam o pequeno volume e a ausência de fornecimento foram basicamente quatro: os assentados produzem apenas leite para comercialização; os assentados não têm condições de fornecer produto o ano inteiro; os assentados não possuem nota fiscal; a distância do assentamento e a dificuldade de acesso encarecem o custo da produção, o que desestimula e acaba por inviabilizar o fornecimento.

Entrevistado: Locais, temos sim, o pessoal traz, né, abobrinha, na medida que eles vão produzindo abobrinha, quiabo, maxixe e alguns outros desses, às vezes berinjela, o pessoal do assentamento.

(...) Só que a gente tem uma dificuldade também, por ser pequeno, então a gente tem a dificuldade assim, a gente pega três vezes por semana, pra esse pessoal trazer pra nós três vezes por semana ou mesmo pra gente buscar o custo fica inviável, então daí que você traz tudo junto, né, a gente tem uma associação de compras né, daí que a gente traz de São Paulo, tem 15 mercadistas comprando em São Paulo, por isso que dá pra trazer. (...) O transporte, esse transporte realmente encarece né e a dificuldade, como é longe pra trazer ou ir buscar (representante do Supermercado – Murutinga do Sul).

Em contrapartida, os supermercados afirmam adquirir os produtos de hortifruti em diversos locais:

- Andradina: CEASA/SP, Araçatuba;
- Castilho: CEASA/SP;
- Paulicéia: Andradina, São José do Rio Preto;

Neste ponto, vale a pena uma reflexão a partir das falas de assentados que afirmam fornecer produtos para o CEASA, o que sugere que a produção dos assentamentos “saem e retornam” à região, o que evidencia a falta de incentivo e políticas de escoamento da produção, encarecendo o preço do alimento para o consumidor local, conforme já apontado na pesquisa de Sant’Ana ET AL, 2007.

Assentada: (...) Porque a maior parte das mercadorias só vende pra fora. Igual no caso do (...) que pegava aqui, ele leva pra... Ceasa, pra São Paulo né? (Assentamento Primavera I - Mirandópolis)

Assentado: Hoje já se vende em feira. Mas vendemos para o CEASA de São Paulo, que tem dois intermediários. O problema que parte do quase todo o lucro vem do transporte. O que não é bom para a gente. (Assentamento - Timboré/grupo1 - Andradina)

Em termos de volume das vendas, os assentados representam um percentual de 6% a 25% da clientela, sendo que o impacto da implementação geralmente é identificado com o aumento do movimento, embora em dois municípios (Paulicéia e Mirandópolis) este aumento é mensurado como pequeno.

Considerações Finais.

Como apresentado e analisado neste artigo, a presente pesquisa, realizada desde uma perspectiva interdisciplinar, permitiu a verificação e constatação de que a implementação de assentamentos da reforma agrária gera impactos econômicos positivos nos municípios abrangidos.

Na perspectiva agrária, este impacto econômico já é observado na medida em que o assentamento multiplica imensuravelmente o número de postos de trabalho gerados em relação ao latifúndio desapropriado.

Na esfera urbana, a implementação de assentamentos acaba por significar um aquecimento da economia regional, quer pela via dos créditos públicos destinados aos assentados, quer pela renda gerada pelo seu trabalho, na medida da consolidação sócio-

econômica do assentamento. A categoria dos comerciantes, dentre os sujeitos desta pesquisa, foi unânime em afirmar isso.

Esta constatação ganha ainda maior relevância quando se compara a interação econômica da agricultura familiar, e portanto dos assentamentos da reforma agrária, com o latifúndio monocultor. Neste sentido, a pesquisa constatou que toda renda gerada e verba pública atraída pelos assentamentos da reforma agrária são investidos na região, ao passo que já notória a desvinculação econômica do latifúndio em relação à região agrária onde está inserido, o que tende a se agravar na medida da financeirização da atividade agrícola, e do agronegócio.

Por fim, a pesquisa permitiu desvelar o mito da inviabilidade e anacronismo da reforma agrária no Estado de São Paulo, e no Brasil. Em sentido contrário, a pesquisa constatou foi a verdadeira necessidade em se realizar a reforma agrária, sobretudo, mas não somente, nas regiões estagnadas economicamente em uma economia urbana e rural dependente da monocultura de extensão, e da concentração de renda emanada por ela.

Há-de-se ressaltar ainda que os dados gerais desta pesquisa mostraram também os ganhos sociais do processo de reforma agrária, pois esta permite o acesso ao trabalho e a reprodução social digna das famílias, ou seja, para além dos impactos econômicos, os ganhos sociais são imensuráveis.

Referências

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde (coord.) [et al] . Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANT'ANA, Antonio Lázaro ET AL. Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina. Estado de São Paulo. In: Informações Econômicas, São Paulo, v.37, n.5, p.29-41, maio de 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos (coordenadora); SANT'ANA, Antonio Lázaro Sant'Ana, BELLINI, Tito Flávio; HERMINELLI, Ana Paula; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio. Assentamentos Rurais e Dinâmica Econômica Regional no Oeste de S.P. Relatório Final de Pesquisa. 2008.